

## EVENTOS

A codificação do procedimento/processo administrativo - Contributos para o Projeto de Lei nº 2.481/2022 do Senado Federal

Limites da Mutabilidade dos Contratos nas Soluções Consensuais - Consensualismo na Administração Pública

A necessidade de uma reforma da Administração Pública no Brasil

LAI, Denunciantes e combate à corrupção: uma visão integrada no Estado de São Paulo

## INICIATIVAS APOIADAS PELO GRUPO PÚBLICO

ANTEPROJETO DA LEI NACIONAL PARA ESTABILIDADE E REFORMA FUNDACIONAL DA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA

### ANTEPROJETO DA LEI NACIONAL PARA ESTABILIDADE JURÍDICA E REFORMA FUNDACIONAL DA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA

CARLOS ARI SUNDFELD

O trabalho desenvolvido no ambiente da Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), com o apoio da República.org, aborda discussões sobre as reformas na gestão pública. Destaca-se a necessidade de uma reforma no Brasil devido à amplitude da legislação atual, que muitas vezes resulta em aplicações aleatórias. Reafirma-se a importância de estabilidade no campo do estado administrativo, considerando as numerosas interpretações distintas elaboradas pelos Entes da federação.

O documento recorda que os conceitos de administração direta e indireta estão presentes no Decreto-Lei 200, de 1967, os quais foram posteriormente incorporados à Constituição de 1988. Essas temáticas são analisadas por Carlos Ari Sundfeld e estão em consonância com os debates atuais sobre a atualização do Decreto-Lei, cuja discussão foi intensificada com a instalação da Comissão de Especialistas designada para tratar do assunto. Esta iniciativa é promovida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em conjunto com a Advocacia-Geral da União (AGU), e conta, entre outros, com a participação da Professora Vera Monteiro.

## CONSENSUALISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



No dia 4 de junho, o Tribunal de Contas da União promoveu um evento que contou com a participação da Professora Juliana Palma, da FGV Direito SP, e coordenadora do Grupo Público. Durante o painel intitulado "Limites da Mutabilidade dos Contratos nas Soluções Consensuais", a professora discursou ao lado dos Procuradores do Rio de Janeiro, Gustavo Binenbojm e Flávio do Amaral. A sessão foi mediada pelo Ministro Antonio Anastasia.

O evento, centrado no tema "Consensualismo na Administração Pública", teve como objetivo debater os aspectos e desafios das práticas consensuais no âmbito da administração pública brasileira. Em sua fala, Juliana Palma abordou os limites da mutabilidade dos contratos, destacando os marcos iniciais do consensualismo no Brasil. A professora enfatizou que nem sempre as iniciativas no país derivam exclusivamente de previsões legais, mas também de bons modelos adotados por agências reguladoras, que servem de referência para a administração pública.

(Fonte: [Secom TCU](#)).

## COLUNA FUNÇÃO PÚBLICA

Como promover a especialização técnica no serviço público? | Ana Luíza Calil | 10/06/2024

## COLUNA CONTROLE PÚBLICO

O TCU está atento às mudanças promovidas pela Lei 14.133/21? | Gabriela Duque | 22/05/2024

TCU e mudanças climáticas: qual pode ser o papel do controle? | Laís Menegon Youseff | 05/06/2024

Composição do TCU e diversidade | Ricardo Alberto Kanayama | 29/05/2024

A 'solução consensual' seria a nova 'consulta' ao TCU? | Yasser Gabriel | 12/06/2024

## COLUNA PUBLICISTAS

Corrupção não se presume | Jacintho Arruda Câmara | 21/05/2024

Empresas estatais prestadoras de serviços públicos x exploradoras de atividades econômicas | Vera Monteiro e Jolivê Rocha | 24/06/2024

Direito Administrativo em competição | José Vicente Santos de Mendonça | 28/05/2024

Qual o papel do direito administrativo quando se governa por regulamento? | Juliana Bonacorsi de Palma | 18/06/2024

Ainda mais ação em nosso direito administrativo | Eduardo Jordão | 11/06/2024

## PARTICIPAÇÕES

A convite de Eduardo Paracêncio, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), a Professora Vera Monteiro realizou uma entrevista com o Professor Carlos Ari Sundfeld, na qual discutiram os trabalhos e experiências na elaboração do anteprojeto de lei destinado a atualizar o Decreto-Lei 200, de 1967.

Na conversa, que abordou a Reforma da Estrutura da Organização Administrativa Brasileira, o Professor Sundfeld lembrou que, caso tivesse sido aprovado, o anteprojeto de 2009 teria gerado inúmeros efeitos benéficos. No entanto, ele reconhece que disposições posteriores, como a reforma da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), alcançaram, em certa medida, os resultados almejados por aquela comissão. A entrevista completa pode ser acessada através deste [link](#).

Em artigo publicado na Revista de Direito Público da Economia, João Paulo Forni, Francismery Pimenta Maciel e Yasser Gabriel abordam a história por detrás da criação do critério de "menor preço" em licitações. Através de uma revisão legislativa, os autores apresentam o percurso histórico das contratações públicas no Brasil, com o objetivo de compreender e explicar o critério do "menor preço". O artigo completo pode ser acessada através deste [link](#).